

mundo sempre haverá guerra; VI — Defender o direito inalienável de cada povo governar-se a si próprio, mediante governo livremente constituído, sem interferência ideológica, política e econômica de outras nações; VII — Lutar por garantias efetivas de trabalho e progresso a todos os povos, de molde a permitir que todo cidadão tenha condições de vida condizentes com a dignidade humana; VIII — Conclamar os Ex-combatentes do mundo inteiro para que se organizem em campanhas, no sentido de reclamar dos governos de todas as nações a diminuição dos armamentos e a proscrição das armas nucleares, sob fiscalização da ONU ou da Cruz Vermelha Internacional, aplicando-se as verbas em favor do bem-estar e desenvolvimento das populações; IX — Estabelecer um sincero diálogo com os Ex-combatentes de todos os países, no sentido de ser levada a efeito uma campanha universal contra as guerras e de ajuda mútua no campo da reabilitação e assistência".

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra a nobre deputada Conceição da Costa Neves.

A SRA. CONCEIÇÃO DA COSTA NEVES — Sem revisão do orador — Sr. Presidente, Srs. deputados, aqui no Brasil, mais do que nunca, neste momento, homens de responsabilidade, que deveriam estar interessados no desenvolvimento do país, em promover trabalho, dando inclusive o exemplo, muitos desses responsáveis não fazem outra coisa senão politiquice. Eles estão, hoje, usando de roupagem ideológica até certo ponto superada. Querem trazer para o Brasil essa extravagância que se chama comunismo. E para engodo desse pobre povo, desprevenido, analfabeto, não assistido, trazem o comunismo como solução de todos os problemas e até como reforma do próprio homem. No comunismo, dizem eles, o homem passa por uma reforma total. É um abnegado, é um desprendido, é um honesto. Mas de quando em vez é de lá mesmo, da sede do comunismo de Moscou que nos vem o retrato verdadeiro que desmancha completamente esse falso conceito que nos querem impor, principalmente os dirigentes da nação brasileira neste momento. Então, V. Exa. vai encontrar no "Diário da Noite" do dia 21 deste mês, na 5.ª página, uma notícia — até sem muito destaque, e isso também a imprensa do Brasil explica: é que os donos dos jornais são democratas mas há uma infiltração enorme entre os redatores desses jornais. Veja V. Exa. o que acontece, aqui mesmo na Assembléia: tudo quanto se diz, se escreve ou se faz para desmascarar essa mentira comunista leva uma noticiuzinha de 3 linhas. A imprensa não tem grande interesse em dar destaque. Não é o dono do jornal; é a infiltração que está lá embaixo, na cozinha dos jornais, na redação dos jornais.

Então, V. Exa. encontra, como dizia, na 5.ª página do "Diário da Noite", esta notícia que tem como título: "Desfalques na URSS — 61 milhões de dólares". E vem de Moscou a notícia: (Lê) "O primeiro ministro Nikita Krutchev revelou ontem que nos primeiros seis meses deste ano o Estado sofreu desfalques no equivalente a mais de 61 milhões de dólares em dinheiro e materiais". E vai por aí adiante o noticiário.

Eu sei que a imprensa não vai dar o menor destaque ao que estou lendo e ao que vou pedir a V. Exa. que defira para que seja publicado. Quem sabe nem mesmo o "Diário da Noite". Mas não tem importância. Eu acredito em mim mesma, acredito em Deus e acredito na democracia deste país. E acredito, principalmente, nos homens do interior, e é em homenagem a eles que faço publicar esta notícia no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", para que eles, que possivelmente não têm possibilidade de ter um jornal destes em mãos, para tomar conhecimento de notícias importantes como esta, possam lê-la no "Diário Oficial", possam saber das mentiras que são progaladas pela Hora Nacional do Brasil de hoje. Mentiras desses ministros que cercam o Presidente da República, fazendo dele um prisioneiro de uma corrente vermelha ao seu redor.

Em homenagem a esses homens do interior, Sr. Presidente, é que peço a V. Exa. que defira o meu requerimento para publicação, na íntegra, deste noticiário do "Diário da Noite" do dia 21 do corrente.

Está assim redigido:

DESFALQUES NA URSS 61 MILHÕES DE DOLARES

Moscou, 21 (U.P.I.) — O primeiro ministro Nikita Krutchev revelou ontem que nos primeiros seis meses deste ano o Estado sofreu desfalques no equivalente a mais de 61.000.000 de dólares em dinheiro e materiais.

Acrescentou que nos roubos participaram "alguns destacados funcionários que também são membros do partido comunista".

O fato surgiu à luz ao publicar-se o texto completo do discurso de cinco horas pronunciado segunda-feira por Krutchev, na reunião do Comitê Central do Partido Comunista. No resumo que se havia dado antes à publicação, dizia-se que Krutchev havia atacado "a corrupção, a extravagância e os desfalques".

O primeiro ministro declarou aos 350 membros do comitê que 7.200 toneladas de cereais haviam sido roubadas ao Estado na Federação Russa, Ucrânia, Casaquistão e Lituânia.

CENTRALIZAÇÃO DA ECONOMIA

Moscou, 21 (AFP) — Retorno a uma centralização avançada da economia e reforma da estrutura do partido, destinada a "calcar" esta sobre a indústria e a agricultura do país — tais foram os temas desenvolvidos ontem pelos treze oradores que tomaram a palavra na sessão do Comitê Central do Partido Comunista da URSS, para manifestar sua adesão às reformas propostas na véspera por Nikita Krutchev.

Cada um precisou — segundo suas funções e especialidades — a maneira como essas reformas poderão ser aplicadas. A maioria emitiu duras críticas pelo mau funcionamento dos organismos de planificação e gabinetes de estudo, enquanto que os representantes das Repúblicas asiáticas efetuaram auto-críticas pelos erros cometidos em seus respectivos territórios.

Alexandre Volov, diretor do comitê estatal encarregado do trabalho e dos salários, lamentou "a fluidez da mão de obra", que custa atualmente ao Estado cerca de 2.000 milhões de rublos, assim como a utilização de cerca de 9.000 milhões de operários em trabalhos acessórios e improdutivos. Acrescentou que é necessário continuar "estimulando materialmente" os trabalhadores, mas que o aumento dos salários requer o da produtividade.

A "dispersão das responsabilidades", no ramo da construção, foi denunciada por Ivan Grichmanov, presidente do Comitê Estatal de Construções, o qual precisou que 1.100 escritórios técnicos, dependentes de centenas de administrações, "trabalham isoladamente" nessa matéria.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Benedito Matarazzo.

O SR. BENEDITO MATARAZZO — Sr. Presidente, desisto da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Germinal Feijó. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Costabile Romano.

O SR. COSTABILE ROMANO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, vive o comércio de gêneros alimentícios dias de apreensão, diante do restabelecimento dos níveis máximos de preços. Por outro lado, os postos de abastecimento da COAP não pertencem à COAP, mas são estabelecimentos comerciais que, em troca de uma fórmula mais branda na fixação de impostos, põem-se à disposição do órgão para prover o abastecimento de uma zona densamente populosa.

Assim, nestes postos de abastecimento da COAP, embora não se justifique a venda de mercadoria além das tabelas estipuladas pelo organismo, vêem-se os comerciantes que lhes ficam à testa obrigados a infringir o tabelamento, se quiserem continuar a oferecer à população um estabelecimento razoável.

Na verdade, a COAP não fornece, no geral, as mercadorias aos seus postos de abastecimento. Mas o abastecimento precisa ser feito. Então o comerciante que dirige o posto vê-se na contingência de entrar no mercado corrente, adquirindo o produto fora de níveis máximos. E isto se quiser comerciar.

Assim, o arroz e o feijão são colocados à venda ao público pelos preços correntes no comércio varejista, isto é, entre Cr\$ 110,00 e Cr\$ 140,00 por quilo de arroz e entre Cr\$ 200,00 e Cr\$ 220,00 por quilo de feijão.

A continuidade do abastecimento, segundo afirma a maioria dos comerciantes, só poderá existir se a tabela for revogada para ser adotada a fórmula CLD, controlada não apenas pela COAP, mas também pela fiscalização da Fazenda Estadual e da Fazenda Federal.

Dessa forma, conforme esse julgo, não haverá os atuais riscos para o comércio, o consumidor passará a encarar com maior realidade a venda dos cereais. Além disso, a entrada de uma boa safra de feijão como a atual, cuja colheita se iniciou há poucos dias, terá o condão de fazer baixar, de imediato, os preços desse produto. No tocante ao arroz, cujas perspectivas da colheita, não apenas no Triângulo Mineiro, mas em todo o território paulista, são as melhores, dentro de mais dois meses haverá uma grande abundância, com derubada geral nos preços atualmente em vigor, passando a um nível pouco acima dos tabelamentos da COAP.

Compreende-se, portanto, como é necessário e indispensável que a COAP, através de uma ação pronta e imediata, faça a provisão sistemática dos

seus postos de abastecimentos espalhados nesta Capital e pelo Interior do Estado. Se este abastecimento não for assim realizado, os postos perderão aquela grande finalidade de abastecer zonas de grande densidade demográfica, com produtos razoavelmente mais baratos e distribuídos sem qualquer restrição. Não atender a estes objetivos significa que os postos da COAP não interessam de forma alguma ao povo e atuam da mesma maneira que os outros estabelecimentos comerciais.

A nosso ver, esta não é a finalidade de tais postos e, por isso mesmo, deve o Governo Federal dar toda a sua atenção para que eles possam garantir o abastecimento do povo em condições pecuniárias mais acessíveis.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Avalone Júnior.

O SR. AVALONE JÚNIOR (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, dois terríveis problemas promovem, em nosso país, situações dolorosas para as quais não temos tido capacidade de pelo menos atenuar as suas consequências. São dois problemas cruéis com decorrências diferentes mas em tudo extremamente penosos pois incidem sobre modo na formação moral da nossa juventude e na saúde física da infância brasileira. Procuramos analisá-los conjuntamente, neste pequeno pronunciamento, porque ambos continuam devastando, impiedosamente, dois setores, os melhores setores da nossa população. Trata-se, Srs. deputados, da situação do menor abandonado e delinqüente e da mortalidade infantil. Estas questões têm sido exaustivamente debatidas, ocupando a atenção de círculos bem intencionados, inclusive dando aso à realização de congressos, reuniões, conferências e a inúmeros estudos, sem que, no entanto, soluções tenham sido atingidas. Em virtude dessa incapacidade em promover medidas capazes de combater esses dois graves problemas, se apresentam situações cada vez mais dolorosas, aumentando os males e determinando ocorrências nefastas à nossa condição de povo civilizado. Não é, pois, concebível que a situação continue como está, sem quaisquer providências capazes de reprimir a onda de delitos cometidos por menores, contra os quais não pode a polícia exercer sua ação fiscalizadora e punitiva. Não tem conta os atentados à propriedade e à própria vida de cidadãos desprevenidos, os casos de agressão, de acidentes de trânsito, de furtos de veículos e de desrespeito às famílias, praticados por esses infratores de menos de 18 anos de idade, que a polícia, por vezes, chega a capturar e a entregar ao Juizado de Menores, em obediência a dispositivos de nossa lei, obsoleta e falha. Que tem acontecido, todavia, com os menores infratores entregues àquele Juizado? Naturalmente, por falta de recursos ou de meios adequados, são tais delinqüentes ali conservados em custódia, alguns durante poucas horas apenas, outros por um ou dois dias, para serem, a seguir, postos em liberdade e voltarem à prática dos mesmos delitos. E, dessa forma, vão se forjando os futuros marginais, os transgressores da lei, os homens deslocados da sociedade, em luta permanente contra ela, desajustados porque não tiveram não apenas a orientação do lar, como também da própria sociedade. Drama pungente este, Srs. deputados, o dos menores abandonados e delinqüentes, que mostra cruamente como estamos desarmados e insuficientemente aparelhados para combatê-lo. Por outro lado, não menos causticante ali está o problema da mortalidade infantil. Em nosso país morre uma criança cada 42 segundos, 85 por hora e 2.040 por dia!!! É uma autêntica devastação, que chega a ser criminosa, especialmente quando se atenta para o fato de que através da mortalidade fenece um cabedal precioso para o nosso país. Mas, Srs. deputados, quais serão as razões fundamentais de tão dolorosos problemas? Por que aumentam, tão incidiosamente, os índices do menor delinqüente e da mortalidade infantil? Aonde estarão as causas, as raízes dos males que atingem em cheio o que há de melhor da nossa sociedade, que é a nossa juventude e a nossa infância? A verdade é que não podemos aceitar a indiferença e a omissão, que parecem dominar os poderes públicos, na procura dos remédios para o combate a esses males. O sentimento de humanidade e principalmente os elevados interesses da Nação assim o exigem. É tempo de nos armarmos para que o problema seja enfrentado com dignidade.

Sr. Presidente, temos dois comentários a fazer com referência ao governo: um criticando o Conselho da Caixa Econômica do Estado, com referência ao edital de concorrência do prédio da Caixa em Bauru. Quando se fez referência que o edital excluía firmas que não tivessem capital de 30 milhões, fizemos um apelo ao Sr. Governador e ao Presidente da Caixa, porque temos em Bauru dezenas de firmas construtoras de grande gabarito moral e profissional e que, no entanto, não têm capital de 30 milhões de cruzeiros, e há firmas idôneas, sem gabarito quer moral, quer profissional e que têm capital de 200 e 300 milhões, podendo, portanto, competir para a construção do prédio da Caixa em Bauru. Entretanto, firmas que ajudaram Bauru a crescer estão impedidas de apresentar concorrência para a construção do prédio, foram eliminadas completamente. Que falso municipalismo é esse adotado pela Caixa Econômica do Estado?

Aqui fica o nosso apelo para que esse mal seja reparado e para que se proceda à correção desse municipalismo dos conselheiros da Caixa.

Outro reparo, Sr. Presidente, é com referência aos táxis-mirins. Lutamos nesta Casa durante muito tempo e já é ponto pacífico que seriam adotados. Entretanto, o Sr. Secretário da Segurança, o inatacável Sr. Secretário da Segurança, adota uma atitude esquisita, determinando que uma Comissão proceda a estudos das tarifas.

Ora, Sr. Secretário da Segurança! Isso não compete a V. Exa. e sim ao Diretor do D.S.T. Ademais, toda a campanha, toda a nossa luta pela introdução dos táxis-mirins foi exatamente o sentido de que suas tarifas fossem estabelecidas na base de 30 a 40%. Este é o grande argumento. Logo, se os táxis-mirins estão autorizados a trafegar em São Paulo, é justo que seja nessa base, de 30 a 40% das tarifas. Esta determinação do Sr. Secretário da Segurança visa apenas a procrastinar uma conquista que 4 milhões de paulistanos aguardam. Que S. Exa. determine ao Diretor do D.S.T. que dê a S. Exa. mais autoridade e mais prestígio, e assim permita que dezenas de solicitações para registro desse novo meio de transportes sejam concedidas, imediatamente.

Repetimos: é esquisita a decisão do Sr. Secretário da Segurança, pois isprestigia o Sr. Diretor do D.S.T. e vai de encontro aos interesses do povo de São Paulo.

Que venham os táxis-mirins com a tarifa que foi pleiteada durante toda a campanha pela sua introdução: 30 a 40% das tarifas.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Athié Jorge Coury. (Pausa.) Tem a palavra o nobre deputado Jéthero de Faria Cardoso.

O SR. JÉTHERO DE FARIA CARDOSO — Sr. Presidente e Srs. deputados, amanhã, às 10 horas, o Sr. Governador receberá a Comissão mediadora entre a classe dos engenheiros e o Executivo, constituída pelo Presidente do Instituto de Engenharia, Dr. Frederico Abranches Brotero, pelo Presidente da Associação das Grandes Estruturas, Eng. Celestino Rodrigues, pelo Presidente da Associação dos Engenheiros, pelo Presidente da Associação dos Empreiteiros e dos Engenheiros do Estado.

Faço votos para que nessa audiência seja encontrada uma solução positiva para o projeto de lei estudado em conjunto com os advogados do Estado, e que propõe, ainda que relativamente afastada da realidade, a situação da classe dos engenheiros face ao desempenho de suas funções públicas.

Solicito a V. Exa., Sr. Presidente, a transcrição nos Anais da Casa do Manifesto da Associação dos Engenheiros do Estado, que faz uma análise rápida da função que o técnico desempenha na economia moderna, da importância do Estado de São Paulo no concerto dos Estados do Brasil, e do papel da estrutura administrativa em geral das outras categorias de servidores no desenvolvimento do nosso Estado. Ao situar esta matéria em termos amplos, este manifesto dos engenheiros abre perspectivas para o próximo Governo modificar as concepções que os anteriores têm tido da importância da estrutura administrativa no desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Está ele assim redigido:

"A Associação dos Engenheiros do Estado, face à crise administrativa que envolve a categoria na sua totalidade e, ante as ameaças que tem pesado sobre a classe, com a tranquilidade e responsabilidade que sempre caracterizaram suas decisões, lança, a bem da verdade, este esclarecimento, a todos os setores de atividade do Estado, particulares ou públicos, e ao povo em geral, no sentido de, elucidados os pontos básicos da crise, caracterizadas as responsabilidades, somarmos esforços, a fim de evitarmos que a atual contingência degenerem em convulsão de setores básicos da administração do Estado, com imprevisíveis prejuízos para os serviços públicos.

Evidencia-se flagrantemente que homens como os engenheiros do Estado, que projetam, executam e fiscalizam, desde as barrancas do Paraná até a orla marítima, desde as margens do Rio Grande até as do Itararé, todas as obras públicas, da sala de aulas às colossais estradas, da mais simples rede de água à mais portentosa barragem, obras sobre as quais se apoia a vida social de nosso Estado, dizianos, homens como essas engenheiros do Estado, construtores por excelência, formados na disciplina das ciências exatas, jamais seriam movidos por razões subterâneas ou lhes assentaria a pecha de subversivos, em decorrência de uma luta altaneira e digna, tão comum nas democracias.

Hoje o dinamismo industrial de São Paulo, o progresso vertiginoso de nosso "hinterland", convocam a cada dia, com insistência crescente a uma atuação paralela e progressiva, os homens que desempenham função pública, notadamente os engenheiros e técnicos. É uma característica das sociedades modernas. Dispensa maiores comentários o lugar que as coletividades dos países que